

Bom dia a todos.

Permitam-me que cumprimente especialmente os oradores deste seminário, os senhores secretários-gerais da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios, o Senhor Subdirector-Geral dos Impostos Dr. Manuel Luis Prates, e os representantes de outros organismos públicos e de empresas aqui presentes.

Reúnem-se neste encontro as três componentes do triângulo envolvido no processo de facturação electrónica da Administração Pública: organismos públicos, empresas prestadoras de serviços de facturação electrónica (nomeadamente, emissão, recepção e arquivo), e grandes fornecedores da Administração Pública.

Desde logo, importa sublinhar que chegamos a este ponto após um processo que se iniciou há um ano, na sequência da Resolução de Conselho de Ministros que determinou a adopção da factura electrónica na Administração Pública até ao final de 2006. Este é um objectivo ambicioso. Basta pensar que na União Europeia, até ao momento, só um país assegurou este objectivo – a Dinamarca – e o fez ao longo de um percurso de três anos.

Nessa Resolução do Conselho de Ministros foi atribuído à UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento o papel de acompanhar e avaliar a implementação da resolução, mas cedo houve a consciência que era necessário tomar um papel activo na construção de soluções concretas, o que foi feito em parceria com, entre outras, várias das pessoas e instituições aqui presentes.

Havia muito a fazer, desde aspectos legislativos relativos ao IVA que foram introduzidos na Lei do Orçamento de 2006 e na preparação do Decreto-Lei que foi notificado à Comissão Europeia e veio a ser aprovado em Setembro de 2007, até à constatação de que em Fevereiro de 2006 apenas um pequeno número residual das instituições públicas estavam preparadas para adaptarem facturas electrónicas.

Também se optou por uma solução que activasse e qualificasse em conjunto os três vértices do triângulo que referi, em vez de se procurar uma solução centralizada e única. Pois, apesar dos grandes ganhos potenciais da própria Administração Pública na adopção generalizada de facturas electrónicas, o fim último é estimular a adopção da factura electrónica na generalidade da economia portuguesa, como factor de acrescidas produtividade, eficiência e concorrência internacional. Além disso, desta forma evita-se ficar refém de um sistema a desenvolver, que noutras circunstâncias semelhantes se tem revelado um longo e por vezes não terminado processo, assim como se evita uma solução centralizada e, portanto, mais vulnerável.

Adoptou-se uma perspectiva de serviços partilhados a partir das secretarias-gerais ou de outros organismos dos vários ministérios e da presidência do conselho de ministros, permitindo a partir de um número limitado de entidades com acesso a plataformas tecnológicas para emissão, recepção e arquivo de facturas electrónicas, servir todos os organismos da Administração Pública central.

Os projectos-piloto que se encontram em curso envolvem perto de 40 organismos públicos, cerca de 10 fornecedores de serviços de facturas electrónicas e 18 grandes fornecedores ou clientes da Administração Pública. Estão envolvidos organismos de praticamente todos os ministérios, incluindo as secretarias-gerais da presidência do conselho de ministros e dos ministérios com apenas a excepção três ministérios. Ao mesmo tempo que são construídas soluções concretas e demonstrada a sua efectividade, fica-se também com condições para que estes organismos possam de seguida adoptar a factura electrónica e, em esquemas de serviços partilhados, a disponibilizar a outros organismos.

O processo envolveu o empenho entusiástico de entidades e individualidades diversificadas, o que tem sido muito gratificante.

No caminho ficou, também, a contribuição para que empresas que tinham componentes de facturação electrónica, mas que não satisfiziam todos os requisitos necessários, as desenvolvessem de forma a terem soluções completas adequadas.

Sabemos o alcance económico e organizativo desta simples medida que se centra em tirar o papel da interface entre fornecedor e comprador, e cujas consequências para a cadeia de valor das relações comerciais são profundas, assim como a contribuição para a desmaterialização das relações comerciais que potencia uma maior alcance a uma pequena economia no mundo global.

Agradeço mais uma vez a todos e, em particular, aos que têm participado activamente nas várias fases do processo que foi iniciado há um ano e aos que, lá fora no átrio, vão assegurar as demonstrações das soluções que foram implementadas nas várias secretarias-gerais e em outros organismos.